

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MORAÚJO
CNPJ: 23.706.583/0001-76

Ofício nº. 02 /2017

Moraújo/CE., 10 de Fevereiro 2017

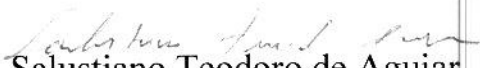
Senhor Presidente ,

*Em atendimento as exigências do art. 7º. da IN/TCM-CE. N.º 003/2000, encaminhamos a essa Colenda Corte de Contas, o **Relatório da Gestão Fiscal (RGF)**, conforme preceitua o art. 52 e 53 da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), referente ao **2º Semestre** do Exercício Financeiro de 2016.*

Outrossim, acompanham ao mesmo, os respectivos comprovantes de publicação conforme exige a legislação pertinente.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de estima e respeito.

Atenciosamente,


Salustiano Teodoro de Aguiar
Ex-Presidente da Camara

AO: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Exmo. Sr. Domingos Filho

DD. Presidente do Tribunal de contas dos Municípios do Estado do Ceara

Fortaleza- Ce



ESTADO DO CEARÀ

CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO POR AFIXAÇÃO EM FLANELÓGRAFO

Para os devidos fins de provas, a quem interessar possa, em cumprimento das exigências legais, CERTIFICAMOS que foi publicado por AFIXAÇÃO no FLANELÓGRAFO desta repartição:

_____PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA_____

,em __30__ / __01__ / __2017__ os instrumentos da Gestão Fiscal da CAMARA MUNICIPAL DE MERUOCA, nos termos da Lei Complementar No. 101/2000, de 04.05.2000(DOU 05.05.2000), o seguinte :

RGF – (Relatório da Gestão Fiscal) 1º Semestre 2016

(Como recomenda a decisão do STJ, proferida no recurso especial N.º 010.5232(96/0056484-5/CE), In Verbis : "LEI MUNICIPAL-PUBLICAÇÃO - AUSÊNCIA DE DIÁRIO OFICIAL - Não havendo no Município Imprensa Oficial ou Diário Oficial, a publicação de suas leis e atos administrativos pode ser feita por afixação na Prefeitura e na Câmara"(Diário da Justiça de 20.10.1997)

MORAUJO – CE, _30_ de _Janeiro_ de _2017_.

Recebido 30/01/17

RECEBIDO

Carimbo e Assinatura



ESTADO DO CEARÀ

CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO POR AFIXAÇÃO EM FLANELÓGRAFO

Para os devidos fins de provas, a quem interessar possa, em cumprimento das exigências legais, CERTIFICAMOS que foi publicado por AFIXAÇÃO no FLANELÓGRAFO desta repartição:

_____CÂMARA MUNICIPAL DE MORA UJO_____

,em __30__ / __01__ / __2017__ os instrumentos da Gestão Fiscal da CAMARA MUNICIPAL DE MORAUJO, nos termos da Lei Complementar No. 101/2000, de 04.05.2000(DOU 05.05.2000), o seguinte :

RGF – (Relatório da Gestão Fiscal) 2º Semestre 2016

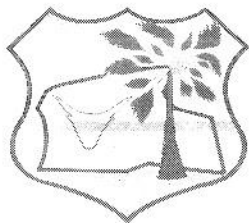
(Como recomenda a decisão do STJ, proferida no recurso especial N.º 010.5232(96/0056484-5/CE), In Verbis : "LEI MUNICIPAL-PUBLICAÇÃO - AUSÊNCIA DE DIÁRIO OFICIAL - Não havendo no Município Imprensa Oficial ou Diário Oficial, a publicação de suas leis e atos administrativos pode ser feita por afixação na Prefeitura e na Câmara"(Diário da Justiça de 20.10.1997))

MORAUJO – CE, __30__ de __Janeiro__ de __2017__.



Carimbo e Assinatura

RECEBIDO




ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MORAÚJO
CNPJ: 23.706.583/0001-76

DECLARAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DOS RELATORIOS DA LRF - RGF – 2º
SEMESTRE DE 2016

A Presidente da Camara Municipal de Moraújo – CE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o estabelecido no Art. 48 da LRF, torna publico que encontram-se publicados a RGF – Relatório da Gestão Fiscal, relativo ao **2º Semestre do Exercício Financeiro de 2016**, no “SITE” WWW.CMMORAUJO.ORG, bem como afixado em espaço publico (Mural da Prefeitura), local de ampla visibilidade nos Poderes Executivos e Legislativo.

Meruoca – CE, 30 de Janeiro de 2017


Salustiano Teodoro de Aguiar
Ex-Presidente da Camara

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 Meses)	
		Liquidadas	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
(a)		(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		609.122,41	0,00
Pessoal ativo		543.842,41	0,00
Pessoal inativo e pensionista		65.280,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00
DESPESA NÃO COMPUTADAS (parag. 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária		0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração		0,00	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados		0,00	0,00
DESP. LIQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)		609.122,41	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)		21.418.865,83	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)		609.122,41	2,84 %
LIMITE MÁXIMO (VI)(incisos I,II e III do art. 20 da LRF)		1.285.131,95	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1.220.875,35	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		1.156.618,76	5,40 %
FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Moraujo - DATA DA EMISSÃO: 30/01/2017 - HORA DA EMISSÃO: 13:20:00			

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior

transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da lei 4.320/64



SALUTIANO TEODORO DE AGUIAR
PRESIDENTE DA CAMARA



JP MAGALHAES PEREIRA ME
Contador



OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO		R\$ 1,00
	NO SEMESTRE DE REFERÊNCIA	ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA (a)	
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição financiada de bens e arrendamento mercantil financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais aquisições financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação de receita	0,00	0,00	0,00
Pela venda a termo de bens e serviços	0,00	0,00	0,00
Demais antecipações de receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, reconhecimento e confissão de dividas (LRF, art 29, parágrafo	0,00	0,00	0,00
Outras operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Abertura de crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição financiada de bens e arrendamento mercantil financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais aquisições financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação de receita	0,00	0,00	0,00
Pela venda a termo de bens e serviços	0,00	0,00	0,00
Demais antecipações de receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, reconhecimento e confissão de dividas (LRF, art 29, parágrafo	0,00	0,00	0,00
Outras operações de crédito	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)			
Parcelamento de dividas	0,00	0,00	0,00
De tributos	0,00	0,00	0,00
De contribuições sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00

Melhoria da Administração de receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras operações de crédito não sujeitas ao limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita corrente líquida - RCL	0,00	0,00 %
Operações vedadas	0,00	0,00 %
Do período de referência (III)	0,00	0,00 %
De período anteriores ao de referência	0,00	0,00 %
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite (IV)=(Ia + III)	0,00	0,00 %
Limite geral definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito internas e externa	0,00	0,00 %
Limite de alerta (inciso III do parag.1º do art.59 da LRF) - (%)	0,00	0,00 %
Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	0,00	0,00 %
Limite definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito por antecipação de recei	0,00	0,00 %
Total considerado para contratação de novas operações de crédito (V)=(IV + Iia)	0,00	0,00 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informativa - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Moraujo - DATA DA EMISSÃO: 30/01/2017 - HORA DA EMISSÃO: 13:22:00

Nota :

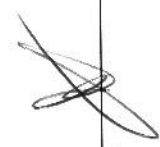
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º semestre de 2016 (até Dezembro)



SALUSTIANO TEODORO DE AGUIAR
PRESIDENTE DA CÂMARA



JP MAGALHÃES PEREIRA ME
Contador



RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40 § 1o.)

R\$ 1.00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDOS DO EXERCÍCIO ATUAL	
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1o. Semestre Até o 2o. Semestre
EXTERNAS (I)		
Aval ou Fiança em Operações de Crédito		
Outras Garantias nos Termos da LRF		
INTERNAS (II)		
Aval ou Fiança em Operações de Crédito		
Outras Garantias nos Termos da LRF		
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00 0,00
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL	0,00%	0,00% 0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <=>	22,00%	22,00% 22,00%
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do pará. 1º do art.59 da LRF) (%)	48,60%	48,60% 48,60%
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDOS DO EXERCÍCIO ATUAL	
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1o. Semestre Até o 2o. Semestre
EXTERNAS (V)		
Aval ou Fiança em Operações de Crédito		
Outras Garantias nos Termos da LRF		
INTERNAS (VI)		
Aval ou Fiança em Operações de Crédito		
Outras Garantias nos Termos da LRF		
TOTAL DAS CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS (VII) = (V + VI)		

Ceará

Governo Municipal de Moráújo
Câmara Municipal de Moráújo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º semestre de 2016 (até Dezembro)

Pág.: 0002

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40 § 1o.)

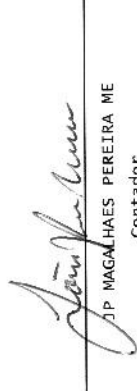
R\$ 1,00

Medidas corretivas:

Nota: Inclui garantias concedidas por meio de Fundos



SALUTIANO TEODORO DE AGUIAR
PRESIDENTE DA CÂMARA



JP MAGALHAES PEREIRA ME
Contador



R\$ 1,00

RGF - ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea 'b')

	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL	
	Até o 1º semestre	Até o 2º semestre	Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	125,87	6.148,87	125,87	39,83
Disponibilidade de caixa bruta	125,87	6.148,87	125,87	39,83
Demais haveres financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-125,87	-6.148,87	-125,87	-39,83
Receita corrente líquida - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Limite definido por resolução do Senado Federal (%)	120,00	0,00	120,00	0,00
Limite de alerta (inciso III do paragraf.1º do art.59 da LRF) (%)	108,00	0,00	108,00	0,00
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
Divida Contratual (IV)=(V+VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida de PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de dívidas (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

De tributos	0,00	0,00	0,00
De contribuições sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituições não financeiras	0,00	0,00	0,00
Dívida com Instituição financeira (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Demais dívidas contratuais (VIII)	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DÍVIDA CONSOLIDADA

Precatórios anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Insuficiência financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos	0,00	931,95	0,00
Restos a pagar não processados de exercicios anteriores	0,00	0,00	0,00
Antecipação de receita orçamentária - ARQ	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de caixa bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais haveres financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
Obrigações não integrantes da D.C.	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º semestre de 2016 (até dezembro)



SALUTIANO TEODORO DE AGUIAR
PRESIDENTE DA CÂMARA



JP MAGALHÃES PEREIRA ME
Contador



Anexo 7 - LRF, Art. 48, R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida		21.418.865,83
DESPAESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	609.122,41	2,84%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	1.285.131,95	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	1.220.875,35	5,70%
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	-39,83	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00%
GARANTIA DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
RESTOS A PAGAR		
		DISPONIBILIDADE DE
		CAIXA LÍQUIDA (ANTES)
	INSCRIÇÃO EM	DA INSCRIÇÃO EM
	RESTOS A PAGAR NÃO	RESTOS A PAGAR NÃO
	PROCESSADOS	PROCESSADOS DO
	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Valor total	0,00	39,83

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Moraujo - DATA DA EMISSÃO: 30/01/2017 - HORA DA EMISSÃO: 13:22:38



SALUTIANO TEODORO DE AGUIAR
PRESIDENTE DA CÂMARA



JIP MAGALHÃES PEREIRA ME
Contador

